



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM – Ata da 90ª Reunião Ordinária a Unidade Regional Colegiada do Conselho Estadual de Política Ambiental Noroeste de Minas. Realizada em 16/03/2017 (dezesesseis de março de dois mil e dezessete), às treze horas, na Câmara Municipal de Unaí – Unaí/MG.

Aos dezesseis de março de dois mil e dezessete, às treze horas, na Câmara Municipal de Unaí – Av. Gov. Valadares, nº 594 – Bairro Centro – Unaí/MG. Realizou-se a Nonagésima Reunião Extraordinária da Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas, do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM. Estiveram presentes os seguintes membros: O Presidente Dr. Afonso Rodrigues Boaventura – Supervisor Regional IEF, Dr. Rafael Vilela de Moura – Núcleo Jurídico SUPRAM Noroeste de Minas, os Conselheiros: Álvaro de Moura Goulart – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA; Kate Daine Pereira Porto – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SEDECTES; Helio da Silva Mota – Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – SETOP; Jose dos Anjos Luiz Alves – Polícia Militar Ambiental – Unaí/MG; Athaíde Francisco Peres Oliveira – Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Cátia Regina de Freitas Rocha – Prefeitura Municipal de Unaí; Geraldo Vitos de Abreu – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – SEDA; Juarez de Melo Souto – Comitê de Bacia – Paracatu MG SF7; Simone da Silva Neiva Oliveira – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG; Thiago Rodrigues Cavalcanti – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG; Ricardo Rodrigues de Almeida – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG; Adeilsa Maria Bonfin – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG; Alexandra Antunes Matayoshi – Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS; Julio Cesar Ayala Barreto – Conselho regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – CREA-MG; Altegno Batista Dornellas – Associação de Proteção Ambiental de Unaí – APA; Antonio Eustáquio Vieira – Movimento Verde Paracatu – MOVER; Jadir Silva de Oliveira – Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais – SIAMIG; Jefferson Luiz Antunes Santos – universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM; Francisco Pinto da Silva – CODEMA – PARACATU; **Afonso Rodrigues – Presidente** – Bem, gente. Vamos dar início a nossa reunião. Boa tarde a todos e a todas. Hoje a nossa pauta é um pouco extensa, eu gostaria de aproveitar agora inicialmente para dar as boas vindas aos novos Conselheiros, que eles tenham um bom trabalho aqui junto conosco. Pauta da Nonagésima Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas, do Conselho Estadual da Política Ambiental COPAM, data 16 de março de 2017.

Item 1. Execução do Hino Nacional Brasileiro. Eu convido a todos para a execução do Hino Nacional Brasileiro. Execução do Hino. **2. Abertura pelo Subsecretário de Gestão Regional da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Noroeste de Minas, Dr. Diogo Soares de Melo Franco.** Eu peço licença pra fazer a leitura de um comunicado. Belo Horizonte, 13 de março de 2017. Senhores Conselheiros, diante da impossibilidade de comparecimento do titular e primeiro suplente representante da SEMAD junto a Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas, conforme composição estabelecida pela deliberação COPAM 1001/2016, indico o senhor Afonso Rodrigues Boaventura, da Secretaria do Estado e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para presidir a Nonagésima Reunião Ordinária da Unidade



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

Regional Colegiada Noroeste de Minas, que será realizada no dia 16 de março de 2017 às 13 horas, atenciosamente Diogo Soares de Melo Franco, Subsecretário de Gestão Regional da SEMAD. **3. Comunicado aos conselheiros e assuntos gerais.** Comunicado do Conselheiros e Assuntos Gerais, a palavra está aberta para os Conselheiros. **Antonio Eustaquio – Mover** – Peço a palavra, por favor. **Afonso –Presidente** – Ok, tá concedida. **Tonhão – MOVER** – Meu nome é Antônio Eustáquio Vieira, sou conhecido como Tonhão. Estou aqui representando o Movimento Verde de Paracatu. Eu vou tomar alguns breves minutos para fazer uma fala porque eu já tive o prazer de estar aqui na SUPRAM desde de a sua criação até um bom tempo, depois me afastei por motivos pessoais, então eu acho que seria importante fazer algumas pequenas considerações, inclusive para mostrar alguns posicionamentos nosso, como representante da sociedade civil e também pra lembrar momentos que a gente teve o prazer de passar aqui, convivendo com os técnicos da SUPRAM e com alguns é... grande parte dos Conselheiros que nós tivemos oportunidade de caminhar juntos. Eu fiz algumas anotações pra que a gente não... eu não me perca no raciocínio, já que a gente participa de colegiado de tudo que é canto aí e, às vezes, a gente fica meio perdido nas palavras. Primeiramente, eu quero dizer que o principal objetivo do movimento verde nesses colegiados, que a gente tem participado, é no sentido de contribuir com a qualidade de vida aqui na nossa região. Nós entendemos que temos que buscar um entendimento, pois os desafios são imensos e incalculáveis, o que nos transformarão em verdadeiros criminosos por deixarmos o mundo, sem condições de vida digna para os nossos descendentes. Não podemos em hipótese nenhuma nos omitirmos e sermos responsabilizados no futuro pela situação catastrófica pela qual sentimos que estamos caminhando. Eu acho que essa situação catastrófica que se avizinha é grande parte da sociedade deve ter já, deve já estar sentindo que ela pode chegar até a gente. Aos técnicos da SUPRAM, o reconhecimento pelos trabalhos desenvolvidos, pois agem como entes públicos verdadeiros, pensando no estado e não em governo, isso tem que ficar muito claro entre estado e governo. Nós aqui somos entes de estado, não estamos aqui para referendar ações de governos, os governos passam e o estado fica. Os técnicos, sendo assim, a gente percebe que eles são obrigados a escutarem indignados, de cabeça baixa, muitas vezes serem tratados de maneira desrespeitosa, como irresponsáveis e até mesmo criminosos, ao cumprirem as suas obrigações, quando tomam decisões amparadas por Lei. Os técnicos, estes sim, a gente tem certeza que eles tem ciência exata de responsabiliza civis e criminais, pois na maioria das vezes, são concursados e ao serem concursados, eles se transformam nesses entes públicos, com essas responsabilidades. Não devemos esquecer que os governos passam e que o estado continua, os governos normalmente, eles tem data de vencimento e o estado não tem. Os desafios são inúmeros e grandes, desde a falta de estrutura e de prioridade dos governos até pressões de empreendedores, isso tenho observado em todos os colegiados que participo pelo Brasil a fora, desde o CONAMA até o mais simples colegiado, inclusive a gente pode colocar aí os Conselhos de Meio Ambiente dos municípios. Um exemplo está aqui, onde os técnicos são cobrados, isso é interessante a gente analisar isso. Os técnicos são cobrados pela falta de ações firmes, sendo que quando essas ações acontecem, veem os seus pareceres serem bombardeados por recursos e mais recursos, é uma questão muito interessante isso. Eu quero dizer que vocês fiquem tranquilos entendo que vocês estão no caminho certo, pois a herança que devemos deixar aos nossos descendentes é a de termos melhores dias e que o dinheiro e a ganância não comprarão. Outra questão muito interessante, na maioria das vezes, os mesmos empreendedores que criticam e cobram ações dos órgãos públicos, viu o Doutor Nobre Promotor, os mesmos que cobram ações firmes, contestam essas ações, quando elas acontecem, então nós, a sociedade civil, temos



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

enfrentado constantes ataques por parte daqueles que nos tem, como inimigos, sem perceberem que a nossa atuação é em defesa de um futuro melhor para os próprios descendentes daqueles que nos criticam, na esperança de termos um mundo melhor pra todos. Vale ressaltar que o único que é eleito para estar nos colegiados brasileiros, como este, é o setor da sociedade civil, para estar aqui o Movimento Verde foi a entidade mineira com o maior número de votos recebidos em todas as SUPRAMS do estado. Os Conselheiros são entes públicos com responsabilidades civis e criminais e existem colegiados por aí que os Conselheiros não sabem disso, eles nem sabem que eles são entes públicos nos conselhos. As entidades da sociedade civil conhecem muito bem seus direitos e deveres, é por isso que sempre nos pautamos pela coerência e pela ética. Tenham a certeza que caso haja alguma judicialização, viu Doutor, os colegiados brasileiros jamais terão notícias de que alguma entidade da sociedade civil foi envolvida nisso. A única saída para termos no futuro um mundo melhor é em tudo que fizermos, pensarmos em todos os seres e não somente em nós próprios. Embora, a legislação possibilite quaisquer cidadãos se defenderem, entendermos que vários processos nem deveriam vir para a SUPRAM, pois é lei. Ética é um princípio que deveríamos preservar, como valor humano, o respeito deve ser uma constante em nossas vidas, inclusive dos empreendedores para com os Conselheiros e técnicos porque aqui, hoje mesmo, vai ter uma apresentação sobre ética e a base dessa apresentação vai ser no sentido de mostrar a ética que deve ter entre os Conselheiros e a SUPRAM, mas não leva em conta o respeito que os empreendedores devem ter pelos Conselheiros. Nós já fomos agredidos de várias as maneiras, inclusive aqui dentro por processos caluniosos, sem fundamento e isso não é levado em conta, então nós estamos aqui muitas vezes a mercê de pessoas sem esclarecimento que vem nos pressionar durante e depois principalmente das reuniões. Esperamos que algum dia, sejamos todos vencedores e entendemos que para termos o equilíbrio que sonhamos não podemos ter nem vencidos e nem vencedores, sem dúvida nenhuma viu Dominguinho, eu quero falar isso aqui pro meu amigo Dominguinho, que é primo, um grande companheiro, desde de estudar perto de Ouro Preto Dominguinho, na década de 60 até hoje. Sem dúvida, o mal que fizemos à Terra, estaremos fazendo aos filhos da Terra. Então, fica essa nossa mensagem para os companheiros, eu espero que a gente possa contribuir pra que a gente tenha o máximo possível de coerência na busca de sustentabilidade aqui na nossa região, no Noroeste de Minas através desse colegiado, tá bom. Muito obrigado, um abraço a todos e estamos aí pra contribuir. **Afonso – Presidente** – Muito obrigado, Tonhão. Mais alguém? Algum Conselheiro, quer fazer o uso da palavra? Concedida, Doutor. **Ataíde** – Boa tarde a todos. Só informando aos demais Conselheiros aí que até então eu era e sou titular ainda da Primeira Promotoria de Justiça da Comarca de Unaí e recentemente, aceitei o convite pra também assumir a Coordenação da Promotoria Regional do Meio Ambiente que também por hora também sede na Comarca de Patos de Minas, então, praticamente toda área de abrangência da SUPRAM está sobre a tutela, coordenação da Promotoria Regional do Meio Ambiente. Pra quem não me conhece, meu nome é Ataíde Francisco Peres Oliveira e já estou aqui desde o ano de 2004. Então, desde Arinos, Chapada Gaúcha, Serra das Araras até Formoso, Buritis, já tive atuação, seja pela área civil, criminal e ambiental por cada uma dessas cidades e no mais, o Ministério Público e a Coordenadoria estão a disposição do órgão ambiental, da nossa SUPRAM, da nossa Unidade Regional Colegiada, colocando a disposição aí tanto do nosso Superintendente Ricardo, quanto do pessoal da área técnica também, aos fiscais e colocando também a disposição os nobres Conselheiros e de toda a sociedade, muito obrigado, Afonso. **Afonso – Presidente** – Muito obrigado, Doutor. Mais alguém? Vamos passar então ao item número 4, Exame da Ata da Octogésima Nona Reunião Ordinária de 07 do 12 de 2016. Vamos colocar



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

em votação. Quem for a favor da aprovação da ata, permaneça como está, contra se manifeste ou se abstenha. Ok. **Antônio Eustáquio – MOVER** – Abstenção porque a gente não esteve na reunião, cuja a ata tá em análise. **Afonso – Presidente** – Ok. **Álvaro – SEAPA** – Boa tarde. Abstenção, não estava na reunião anterior. **Francisco – CODEMA** – Não estava na reunião, abstenho da ata. **Altegnio – Representante da APA** – Também me abstenho, por não estar presente na reunião. **Não se identificou** – Da mesma forma, pelo fato de não ter participado da reunião antecedente, me abstenho. **Alexandra – Representante ACE Unai** – Também me abstenho, por não estar presente. **Kate – Representante da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e Ensino Superior** – Também me abstenho pelo mesmo motivo de não estar presente. **Juarez – CBH Paracatu** – Também me abstenho por não estar presente da reunião. **Hélio – SETOP** – Abstenção também em função da ausência na reunião. **Eloani – Representante da Secretaria de Planejamento e Gestão Paracatu**. –Também abstenção por não ter participado da reunião anterior. Sou Representante da Secretaria de Planejamento e Gestão Paracatu. **Afonso – Presidente** – Ok. Ata aprovada. Vamos passar ao item **5. Organização do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, de que trata o Decreto 46.953 de 23 de janeiro de 2016. Apresentação: Supram NOR. Rodrigo – SUPRAM** – Bom, boa tarde a todos. Meu nome é Rodrigo, eu estou ocupando o cargo de Diretor Regional Processual da SUPRAM, já desde o início da SUPRAM há 11 anos. Estou aqui nesse momento pra falar breves palavras que foram já padronizadas nas demais Unidades Regionais Colegiadas do COPAM, essas apresentações já foram apresentadas, então nas Câmaras Técnicas em Belo Horizonte e também em cada Unidade Regional. Vou falar sucintamente nesse momento, então com relação as competências atuais do COPAM. Bom, o decreto então 46953 de 23 de janeiro de 2016 é hoje o regramento que organiza o COPAM. O COPAM com esse decreto alterou significativamente suas competências, então ele é um órgão deliberativo, consultivo e normativo subordinado à SEMAD. Até então, aqui eram julgados os processos de classe 3 e 4 e 5 e 6. Agora, com a nova estrutura promovida por esse decreto, os licenciamentos 3 e 4 são competência da Superintendência, decididos pelo Superintendente e os de classe 5 e 6 são decididos nas Câmaras técnicas específicas em Belo Horizonte. O COPAM então, ele tem a competência atual de deliberar sobre políticas, diretrizes, normas regulamentares e técnicas, padrões e outras medidas de caráter operacional para preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos ambientais, dentre suas competências, nós destacamos então aprovar normas relativas ao licenciamento e as autorizações para intervenção ambiental. Essa parte das autorizações de intervenção ambiental, coincidentemente, existe também um decreto que regulamenta a atuação da SEMAD que também deu a competência aos Superintendentes para decidirem essas intervenções ambientais, então hoje esse é um ponto que está sendo tratado, como competente, tanto para as Unidades Regionais Colegiadas, quanto para as SUPRAMS. Quando, as autorizações são vinculadas ao licenciamento a competência já é automaticamente da instância competente pelo julgamento do licenciamento. Outra competência é definir os tipos de atividades ou empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, considerados critérios de localização, porte potencial polidor e natureza da atividade. Recentemente, no mês passado ainda foi publicado, foi publicado a deliberação normativa COPAM número 213, que é por meio dessa deliberação que o COPAM estabeleceu quais são as tipologias e atividades que podem ser licenciadas pelo município. Primeiro requisito para o município licenciar e o ponto mais importante é a definição do que é o impacto local. Então, essa norma deliberação 213, ela definiu e estabeleceu quais são as tipologias que o estado está hoje, então competente para



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

186 decidir. A forma, como foi procedimentado é no sentido, não de passar obrigatoriamente a
187 competência já aos municípios. Os municípios tem certos requisitos que devem ser
188 preenchidos para poder desempenhar essa atividade, então a partir de agora, cada município
189 que tiver o interesse e a possibilidade legal de realizar o licenciamento ambiental, ele se
190 cadastrará junto à SEMAD e informará quais os tipos de empreendimentos. Quais as classes
191 de empreendimento que ele tem interesse de licenciar, por essa deliberação, ele pode
192 licenciar de classe 1 até classe 4, 5 e 6 permanece competência do COPAM, normalmente.
193 Compete ainda às Câmaras Técnicas decidir sobre os processos, como eu tinha falado, de
194 classe 5 e 6, bem como, nos casos em que houver supressão de vegetação e estágio de
195 regeneração médio e avançado em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade.
196 Decidir também sobre os processos de licenciamento não concluídos no prazo de que trata o
197 artigo 21 da lei número 21972 de 2016. Essa lei, é a lei que criou o sistema estadual de meio
198 ambiente, então todas as regras atualmente vigente de licenciamento, elas são subsidiadas
199 com essa legislação específica, através dela é que todas as regras atuais de licenciamento
200 estão sendo proferidas até então. O artigo 21, ele estabelece que o órgão ambiental tem um
201 prazo para a conclusão dos licenciamentos, então caso esse prazo não seja atendido, existe a
202 possibilidade que a competência seja encaminhada, então para as URCS, então caso a
203 Superintendência não decida os processos no caso regimental, o empreendedor pode solicitar
204 que seja encaminhado, então para a URC decidir, que isso é uma coisa bastante nova em
205 Minas e tem trazido, inclusive bastante dificuldade nas URCS em que foram implementados
206 os pedidos, por que? Os Conselheiros, o Presidente designa um Conselheiro Relator que tem
207 que apresentar um parecer sobre aquele licenciamento, então não é algo simples, mas nós já
208 temos no leste de Minas 3 casos que foram solicitados o licenciamento dessa forma.
209 Compete ainda ao COPAM decidir em grau de recurso sobre o processo de licenciamento e
210 intervenção ambiental, nas hipóteses descritas no decreto. Então, o que for competência da
211 Superintendência, o grau recursal é a URC. Esse decreto então dispôs da seguinte forma a
212 estrutura do COPAM, Presidência, Secretaria Executiva, Plenário, Câmara Normativa
213 Recursal, Câmaras Técnicas especializadas que são em número de 7 que são: Câmaras de
214 Políticas de Energia e Mudanças Climáticas, Câmaras de Proteção a Biodiversidades e Áreas
215 Protegidas, Câmaras de Atividades Minerárias, Câmaras de Atividades Industriais, Câmaras
216 de Atividades Agrossilvipastoris e também Câmara de Atividade de Infraestrutura de
217 Transporte, Saneamento e Urbanização e Câmara de Atividade de Infraestrutura de Energia,
218 então essas 7 hoje são as instâncias competentes para a decisão do processo de
219 licenciamento 5 e 6 e as Unidades regionais Colegiadas existe até uma previsão legal de
220 número máximo de 17, mas atualmente são 10. Os procedimentos, então de uma Reunião do
221 COPAM é sempre... é considerado uma sessão pública aberta a população, com quórum de
222 instalação correspondente ao da maioria absoluta de seus membros, deliberando com a
223 maioria simples dos presentes, independentemente da manutenção do código da instalação, o
224 quê que significa, como os senhores são 20 Conselheiros, para que a reunião possa ser
225 iniciada, tem que ter o quórum a maioria absoluta dos presentes, representa 50% + 1, então
226 apenas com no mínimo 11 Conselheiros, nós podemos iniciar as reuniões da URC. Durante
227 o decorrer da reunião, se os Conselheiros tiverem a necessidade de se ausentar, os processos
228 são julgados independente do número de manutenção do quórum, então a partir do início da
229 reunião, o número de Conselheiros que tiver é o que vai julgar os processos de
230 licenciamento, claro que pela maioria também dos votos. Então, a maioria absoluta para
231 iniciar a reunião e a maioria simples para decidir. A SEMAD, a Fundação Estadual de Meio
232 Ambiente, o IEF e o IGAM prestarão apoio técnico e jurídico ao COPAM, observado as
233 suas competências respectivas e as atribuições de cada uma das unidades administrativas.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

Também com este decreto, as competências das casas também estão sendo alteradas, então, até então, todas as supressões de vegetação, todos os pedidos de intervenção ambiental, vinculados ou não ao licenciamento estavam sendo tratados pela SUPRAM, com a nova estrutura que está se modelando as competências pelas intervenções ambientais vão voltar ao seu órgão de origem que é o IEF, o IEF dentro em breve, então assumirá toda a responsabilidade de processo de intervenção ambiental não vinculados ao licenciamento ambiental. Permanecerá então com a SUPRAM, apenas quando esses pedidos forem vinculados ao licenciamento. Da mesma forma, a princípio toda competência de análises de pedidos de outorga vinculados ou não ao licenciamento será também reencaminhado ao seu órgão de origem que é o IGAM. Até que essas estruturas estejam devidamente montadas, as competências continuam da Superintendência. Agora, de uma forma específica de competências das URCS. Quais são as competências atuais. Primeiro propor normas e padrões de proteção e conservação do meio ambiente, no âmbito de sua atuação, observada a legislação vigente; submeter à apreciação do Plenário ou da CNR assuntos de política ambiental que entenderem necessários ou convenientes; Propor, elaborar e avaliar diagnósticos e manifestar sobre cenários ambientais e Avaliações Ambientais Estratégicas, sugerindo diretrizes com vistas à melhoria da qualidade ambiental, autorizar a supressão de cobertura vegetal nativa, disciplinada pela Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, que é a lei florestal estadual, conforme as regras estabelecidas no decreto específico, decidir, em grau de recurso, como última instância, sobre requerimento de concessão de licença ambiental decididos pelas Superintendências ou pela SEMAD, admitida a reconsideração por estas, então se os licenciamentos decididos pelas SUPRAMS ou pela SEMAD tiverem um recurso, será encaminhado aos senhores para análise, desde que a reconsideração não seja feita pelo órgão competente pela decisão. E também a aplicação de penalidades pela prática de infração à legislação ambiental, nas hipóteses a serem estabelecidas em regulamento, de acordo com o valor da pena pecuniária aplicável ao caso. Esse decreto também, ele trouxe uma inovação de forma a agilizar a análise e decisões dos processos de auto de infração, até então todos os processos de auto de infração eram decididos unicamente pelo Superintendente e os recursos eram encaminhados as URCS. Agora, houve uma alteração nisso, até no sentido de não acumular as mesmas instâncias e facilitar a análise dos processos, todos os autos de infração de um valor de aproximadamente 16 mil reais, a competência de análise e decisão é da Diretoria Regional de Controle Processual, sendo que o recurso respectivo é encaminhado ao Superintendente e não mais as URCS. Isso no sentido mesmo de agilizar a tramitação dos processos. Ainda é competência das URCS, julgar as defesas nos processos de imposição de penalidades pela prática de infração à legislação ambiental, nos casos em que o ilícito for cometido por empreendimentos ou atividades de grande porte e causar dano ou perigo de dano à saúde pública, à saúde humana, ao bem-estar da população ou aos recursos econômicos do Estado, conforme regra a ser estabelecida. Essa penalidade, é a penalidade aplicada aos grandes empreendimentos em função das gravidades dos fatos, que a competência também, passa ser de decisão dos senhores. A composição das estruturas do COPAM são sempre paritárias entre o poder público e a sociedade civil. O poder público, ele... o preenchimento se dá por indicação dos respectivos órgãos e a sociedade civil é feita uma eleição para a ocupação desses cargos. As entidades da sociedade civil e os representantes dos membros do COPAM exercerão mandato de dois anos, não permitida a reeleição para o período subsequente, que isso também é uma novidade. As URCS possuem o mínimo de 12 e no máximo 20 membros, mas na... essa é a previsão legal, prevista no decreto, mas na prática, todas as URCS de Minas hoje, elas tem 20 Conselheiros e as Câmaras em Belo Horizonte são compostas por



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

12 Conselheiros, então essas apresentações são essas elencadas, que é o Poder Público Estadual, Poder Público Municipal, Ministério Público do Estado de Minas Gerais, entidades representativas dos setores produtivos, profissionais liberais ligados à proteção do meio ambiente, ONGS legalmente constituídas para a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente. Outra alteração também de competência é no caso de presidência das URCS, até então quem presidia as URCS era o Secretário Adjunto de Meio Ambiente, que com esse novo decreto, passou a ser o Subsecretário de Gestão Regional, no caso o Doutor Diogo, atualmente. E outra novidade também é que até então o Presidente das URCS e demais entidades do COPAM, eles possuíam tanto o voto comum, quanto o voto de qualidade, então eles poderiam durante a votação empatar uma votação e na sequência desempatar da forma como desejasse, com a nova estrutura o Presidente perdeu o voto comum e só vai desempenhar agora o voto no momento de um empate, que é apenas o voto de qualidade. As deliberações, as disposições finais e transitórias referentes ao COPAM estão regidas aí na deliberação normativa COPAM 167 que é o regimento interno do COPAM, então todas as normas reticentes ao funcionamento das atividades, dessas... tanto das Câmaras, como das URCS estão disciplinadas no regimento interno que a DN 177 de 2012 que também se encontra em fase de revisão. Bom, basicamente seria isso. Com relação ao regimento interno, as competências do COPAM. Agora, eu vou falar brevemente também, sobre o regimento interno do COPAM. Bom, na apresentação inicialmente fizeram um breve histórico da legislação ambiental em Minas Gerais que tudo começou lá em 1977, com o decreto 18466 que instituiu a então Comissão de Política Ambiental. O COPAM inicialmente era denominado Comissão de Política Ambiental, posteriormente no ano 80 foi promulgada a lei 7772 que disciplina então a proteção, conservação e melhoria, essa é a primeira norma específica de legislação específica de meio ambiente no estado de Minas Gerais e uma das precursoras em todo o Brasil. Até então estava em vigor o decreto 44667 que fazia a organização do COPAM e também o próprio regimento do COPAM que era previsto também na DN número 30 de 1998 que em função de suas modificações também foi atualizada. Atualmente, hoje o regimento é desde de 2012 estabelecido pela DN 177. A organização do COPAM está prevista no decreto 46953 do ano passado, é uma legislação bem recente que ainda está necessitando de ser totalmente implementada em função até da modificação da estrutura dos órgãos em si, IGAM, IEF e FEAM e SEMAD. Então, a lei 21972 é a que especifica então como é, criou o sistema estadual de meio ambiente. Da estrutura do COPAM e suas atribuições de acordo com o decreto. O COPAM tem essa estrutura que eu tinha acabado de falar anteriormente com suas URCS. O regimento interno, ele tem as suas diversas interfaces falando especificamente com pontos específicos de disposições preliminares, finalidade e competência, órgão de apoio dos recursos, essa daí é a formatação do regimento interno atualmente vigente. Da mesma forma, a questão do quórum, já tinha informado, que o quórum de instauração é diferente do quórum de deliberação. A ordem dos trabalhos é sempre a mesma, que é prevista na pauta da reunião que é publicada com uma antecedência mínima de 10 dias na imprensa oficial de Minas. Então, qualquer inversão e retirada de pauta, julgamento em bloco, retorno de vistas, diligência, tudo isso aí é decidido pelo Presidente da reunião. Então, caso ocorra necessidade de qualquer inversão de pauta, a competência para a decisão é do Presidente. Retirada de pauta também, quem decide é o Presidente. Julgamento em bloco, o quê que é o julgamento em bloco? Como nós temos uma pauta extensa hoje, por exemplo, o nosso item 8, ele possui do item 8.1 ao item 8.40, para agilidade dos trabalhos também é feito uma votação em bloco. No início da reunião, o Presidente lê todos os itens da pauta e aqueles Conselheiros que tiverem interesse ou dúvida, sobre qualquer ponto de pauta deve requerer destaque naquele



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

item, então sempre quando os senhores forem se manifestar, por favor sempre lembrar de informar o nome também do Conselheiro para que... porque nossa reunião, ela é gravada também e depois ela é transcrita em uma ata específica. Diligências, diligências só são necessárias, quando o órgão ambiental presente, a reunião e seus técnicos não conseguirem solucionar eventuais dúvidas surgidas durante a análise e discussão do processo. Então, a decisão para baixar um processo em diligência também é do Superintendente, do Presidente. O procedimento também que agora foi realmente padronizado porque algumas SUPRAMS, quando do julgamento de licenciamento, votavam primeiro condicionante e depois votava a aprovação da licença, então pelo regimento, hoje vota-se primeiro a concessão de licença e depois a inclusão ou alteração de condicionantes. Na prática, com os senhores, apenas em caso específicos é que poderá ser utilizada, como por exemplo, quando a competência de decisão for trazida para a URC. Um outro ponto importante também a ser salientado é a questão do comparecimento dos Conselheiros na reuniões, o regimento prevê que cada Conselheiro que faltar 2 vezes consecutivas ou 4 alternadas terá uma suspensão de meses em seu mandato e a reincidência já ensejará automaticamente a retirada da URC, então é importante que os senhores sempre comuniquem e justifiquem com antecedência qualquer necessidade de ausência das reuniões, lembrando claro que os senhores são titulares e suplentes, então na ausência de um é importante que aquela entidade já entre em contato com o suplente e providencie a participação dele para que não, a cadeira não fique vaga na reunião. Cada Conselheiro tem um prazo de manifestação regimental de 10 minutos, então o que a gente também tenta padronizar para que os senhores sigam a risca até para a agilidade dos trabalhos é o atendimento ao tempo de manifestação, então um Conselheiro que... todo Conselheiro tem direito a manifestação por 10 minutos, então vamos tentar nos enquadrar nesse prazo para que não, as reuniões não fiquem cansativas e discussões sejam repetitivas. Outro detalhe também, é a questão do prazo para as informações iniciais da reunião que o próprio regimento prevê que são 30 minutos no geral. Bom, diligência já tinha informado que é competência do Presidente decidir, mas é sempre, quando o órgão não conseguir solucionar alguma dúvida sobre o processo em análise. Questão de ordem, é muito comum também, Conselheiros durante os debates, durante as discussões tentar interromper a fala do outro alegando questão de ordem, questão de ordem, só que na prática regimentalmente falando, questão de ordem se restringe a qualquer dúvida sobre o regimento interno, então caso os senhores tenham alguma dúvida, sobre a aplicabilidade do regimento interno, isso é considerado questão de ordem, o restante não. Pedido de vista, todo processo também em análise é competência do e é discricionário também dos Conselheiros, uma análise mais aprofundada daquele processo, caso exista alguma dúvida que não possa ser sanada na reunião, então cada Conselheiro regimental de requerer vista dos processos em análise, mas esse pedido de vistas, deve ser devidamente fundamentado no momento que for pedido, como já foi já também acertado em Belo Horizonte, orientado aos Conselheiros, pedido de vistas deve ser solicitado de forma não é... não como regra, mas como exceção, quando existir necessidade realmente de alguma análise mais aprofundada. Moção, o COPAM também pode dirigir ao poder público, a sociedade civil em caráter de alerta, reivindicação, menção honrosa ou pesarosa, então quando os senhores entenderem a necessidade de aprovação de alguma moção, pode ser solicitada aqui pelos senhores no momento da reunião e ela será votada também ao término da reunião. Com relação a alguns impedimentos, o membro do COPAM no exercício de suas funções em quaisquer das unidades do Conselho é impedido de atuar em processo administrativo que tenha interesse direto ou indireto na matéria, tenha vínculo jurídico, empregatício ou contratual com pessoa física ou jurídica envolvida na matéria, tenha participado ou venha a participar no procedimento como perito,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

testemunha ou representante, ou cujo cônjuge, companheiro, parente ou afim até o terceiro grau esteja em uma dessas situações, esteja em litígio judicial ou administrativo com o interessado, seu cônjuge ou companheiro ou esteja proibido por lei de fazê-lo. Então, esses são os impedimentos atualmente de um Conselheiro atuar nos processos em análise nessa Câmara. O membro do COPAM que incorrer em impedimento deverá comunicar o fato à respectiva Secretaria Executiva da estrutura colegiada, abstendo-se de atuar. A falta de comunicação do impedimento constitui falta grave para efeitos disciplinares. Pode ainda ser arguida a suspeição de membro de COPAM que tenha amizade íntima ou inimizade notória com o interessado ou com seu cônjuge, companheiro, parente ou afim até o terceiro grau. A recusa da suspeição alegada é objeto de recurso, sem efeito suspensivo, ou seja, se alguém alegar qualquer tipo de suspensão dos senhores no momento da votação, os senhores é que vão falar, se existe ou não e, senão existir, os senhores podem continuar o desempenho da atividade do voto e posteriormente isso será analisado devidamente pela SEMAD. O exercício das funções de membro do COPAM em quaisquer de suas unidades é vedada pessoas que prestem serviços de qualquer natureza ou participem direta ou indiretamente de gerência ou administração de empresas que tenham como objeto o desempenho de estudo que subsidiem processo de regularização ambiental, bem como os que interfiram em assuntos pertinentes a fiscalização. Não se aplica a vedação a que se refere o caput ao funcionário de empresa que não tenha como objeto principal o desenvolvimento de estudos que subsidiem processos de regularização ambiental, bem como os que interfiram em assuntos pertinentes a fiscalização aplicando-se os impedimentos a que se refere o artigo 31. A vedação deverá ser declarada pelo membro que se enquadra nessa condição e poderá ser suscitada por qualquer interessado, cabendo a arguição, ao arguido pronunciarse sobre alegação. Caso a vedação não seja reconhecida pelo arguido será instaurado processo administrativo, então da mesma forma do impedimento, aquele que tiver alguma, caso exista alguma alegação de suposto impedimento ou suspensão do Conselheiro, ele deve manifestar se acata ou não essa alegação. Bom, em linhas bastante gerais, esse é o regimento interno COPAM e me coloco também a disposição de todos os senhores, tô aqui para colaborar e auxiliar na análise de todos os processos. Qualquer coisa também, estou na SUPRAM, qualquer dúvida com relação a esse ou outros trabalhos do órgão, me coloco a disposição, obrigado. **Afonso – Presidente** – Obrigado, Rodrigo. No **item 7**. Código de ética, apresentação SUPRAM NOR. **Gisele Borges – SUPRAM NOR** – Boa tarde a todos, meu nome é Gisele Borges, sou Gestora Ambiental com formação jurídica na SUPRAM Noroeste na Diretoria de Regional de Controle Processual, sou colega do Rodrigo também e me deram uma missão hoje de apresentar o código de ética da administração pública do estado de Minas Gerais e espero conseguir desempenhar bem a minha função aqui porque já que a gente iniciou com a 1ª fala do 1º Conselheiro tratando sobre ética, então acredito que esse é um tema caro e importante na administração pública hoje em todas as esferas do estado brasileiro. Eu vou iniciar a apresentação, deixa eu ver aqui, tem como jogar ela toda pra mim lá. Isso. Então, a gente começa tratando da estrutura do poder executivo do estado de Minas Gerais com relação a ética pública, onde o código de conduta ética do agente público e da alta administração estadual, hoje tem base no decreto 44644 de 2014 e ele traz a estrutura de análise ética que é feita dentro do estado composto pelo Conselho de Ética e Política, o CONSET que é um órgão autônomo e subordinado diretamente ao governador do estado de Minas e as Comissões de Ética que são órgãos aí que são comissões instaladas em todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta do estado de Minas Gerais. E a gente começa tratando sobre exatamente sobre o que é o Código de Conduta. Então, o Código de Ética do Servidor Público é um conjunto de regras que orientam e disciplinam a



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

conduta dos agentes públicos do Estado de Minas Gerais. Trata-se de um instrumento que visa aperfeiçoar os relacionamentos da organização, na medida em que baliza princípios como a boa-fé, cortesia, transparência, honestidade, respeito e entre outros valores que são esculpidos na norma. E aí a gente tem também o conceito de agente público, ficou pequenininho ali, mas eu vou tentar de alguma forma traduzir isso de uma forma mais simples pra vocês. Então, agente público de acordo com o conceito doutrinário e legal, ele aborda todo aquele que exerça, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função pública em órgão ou entidade da administração pública direta e indireta do Estado. Então, é bom que siga e foi lembrado pelo Conselheiro Antônio, se não me engano que o agente público aqui não é só o servidor público, mas todo aquele que exerce mesmo sem remuneração ou forma transitória, alguma função pública. Então, esse código também é aplicável a este Conselho, ok. E aí todos os agentes públicos, agentes públicos de forma ampla tem aí ao entrar no poder executivo, deve assinar o termo de compromisso solene, que significa aí a ciência desse agente público quanto a submissão ao Código de Conduta Ética do agente público e da alta administração pública. E aí a gente começa a tratar um pouquinho sobre a Comissão de Ética tá. A Comissão de Ética, então ela tem a competência de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor público, no trato com as pessoas e com o patrimônio público, com base no Código de Conduta. Então, a Comissão de Ética, ela não é uma instância jurídica, que é bom que se diga isso, ela não vai julgar, o papel dela é conciliar, mediar conflitos e preservar a honra e a imagem das pessoas. Então, o papel da Comissão sendo mediar, então ela deve focalizar o conflito e não pessoas, lidar com diferenças, compreender o ponto de vista de cada um, ou seja, ser capaz de colocar-se no lugar do outro, ouvir com atenção e paciência, buscar o profissionalismo (ser capaz de trabalhar com a pessoa, com respeito, mesmo que não simpatize ou concorde com ela), trabalhar em prol da conciliação, ou seja, mediar os conflitos existentes. E aí dentro do código de ética, a gente sempre trata de princípios e valores que devem nortear essas condutas. Então, lá dentro desses valores inerentes tem a dignidade, então é entender o ser humano como “valor-fonte”. O respeito a si e ao próximo, todos são merecedores de direitos fundamentais, sem preconceitos ou discriminação. Ser leal, que quer dizer: responsabilidade com os compromissos assumidos e ser verdadeiro, a liberdade, ou seja, a liberdade de decidir e agir de acordo com sua consciência e vontade, desde que não prejudique outra pessoa e dentro dos limites da lei. Integridade, que nada mais é do que o agir correto, íntegro, que de acordo com Carl Jung é a perfeição que eu espero de você, não é a perfeição que eu espero de você, mas a totalidade, a integridade. Justiça, viver honestamente, não prejudicar o outro e dar a cada um o que é seu. Então, esses são preceitos gerais de direito que vem lá do direito romano, do jurista Ulpiano e que devem ser analisados aí também dentro dessa conduta ética. Cortesia, considerar o bem-estar do outro, tratar bem todas as pessoas, não só as que tem poder ou nos interessam. Escolha, ter equilíbrio e saber dizer “Não” com firmeza e gentileza ao mesmo tempo. E aí também trago algumas vedações éticas, não são todas porque o decreto é bem mais amplo, mas essas que foram padronizadas aí pela apresentação da SEMAD. A 1ª delas é permitir que simpatias e privilégios, antipatias e perseguições ou interesses pessoais interfiram no nosso trabalho, então isso deve ser evitado. Participar de qualquer outra atividade que possa significar conflito de interesse em relação à atividade pública que exerce. Desviar agente público para atendimento a interesse particular. E aceitar presentes, salvo os que não tenham valor comercial, como cortesia, propaganda de eventos especiais ou datas comemorativas porque presentes criam simpatias. Aí a gente volta na 1ª vedação ética que é justamente evitar essas simpatias, permitir que



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

elas aconteçam pra evitar privilégios, perseguições e etc, ok. Então, ética é diferente de obrigação ou imposição legal, ética tem a ver com consciência, convicção, adesão e escolha. Então, ética é convicção, ética é luta consigo mesmo e dentro disso, é preciso, a gente tá ciente que os conflitos fazem parte da vida, que não é possível erradicar conflitos, que isso é natural do convívio humano, mas o que não é permitido que esses objetivos sejam incompatíveis, que hajam divergências de opinião e incapacidade em aceitar as diferenças. A solução deve ser almejada por todos, principalmente aí pelos envolvidos. Dentro disso, a Comissão pode mostrar o caminho da ética, mas a adoção de princípios e valores tá na consciência de cada um, então o agir ético é uma escolha, agir com ética é uma busca constante, mas eu acredito que a gente pode dizer mais do que tá nesse slide. Agir com ética é escolha, é busca, mas também é um dever, fundamental de racionalidade, enquanto agentes públicos, principalmente na atualidade que a gente se encontra hoje, então e isso, o agir com ética é a necessidade de buscando um trequinho da fala do Conselheiro Antônio, é entender que não há vencedores e nem vencidos, o que há é a necessidade de preservar o bem estar da coletividade em detrimento de privilégios particulares, ok. E assim, eu encerro a minha apresentação, obrigada. **Afonso – Presidente** – Obrigado. Vamos passar agora ao **Item 8** que é **Processos Administrativos para exame de Recurso aos Autos de Infração**. Eu vou proceder a leitura de todos os itens, no final a gente volta nos itens que receberam destaque, pra gente fazer a votação. Pessoal, nós estamos sem água mineral hoje, os Conselheiros, se alguém tiver sede aí, por favor pode solicitar aqui, a gente providencia água aqui, vem de fora. Fique à vontade. **Geraldo Abreu – Secretaria de Desenvolvimento Agrário** – Boa tarde. Oi. Boa tarde a todos e todas. É mais um esclarecimento. Geraldo Abreu, eu tô na Secretaria de Desenvolvimento Agrário, já tive aqui também na SEMAD e era mais uma observação, não sei, se vai ser possível fazer hoje porque na medida em que a gente, passa recurso por recurso e não faz destaque, nós consideramos que ele está aprovado, se segue a mesma regra que foi apresentado. Não sei, se seria o caso de recomendação das próximas pautas, onde tiver apresentação SUPRAM Noroeste, no mínimo a gente ter, se é pelo provimento ou pelo indeferimento porque a gente aqui vai ficar sem saber, se é pelo indeferimento ou pelo deferimento do recurso. **Rodrigo – SUPRAM NOR** – Conselheiro, a questão é que todas as pautas, elas são padronizadas em Belo Horizonte, a gente não tem a liberalidade de acrescentar algum item que não seja no padrão, mas nós podemos sim indicar a eles a sua fala pra avaliar, se é ou não cabível. De toda forma, nós já adiantamos que todos os 40 processos que estão pautados hoje de auto de infração são pela manutenção da penalidade, um ou outro parece que nós acatamos alguma atenuante, mas todos são pela manutenção da penalidade. **Afonso – Presidente** – Ok. Vamos ao item 8.1 Johannes Josephus Boekhorst/Fazenda Nova Esperança – Suinocultura (ciclo completo) – Paracatu/MG – PA/Nº 436021/2015 – AI/Nº 208.439/2015 – Apresentação: Supram NOR. Item 8.2 Thalmó Marcovig Cunha Dias/Fazenda Boa Esperança – Culturas anuais, excluindo a olericultura – Uruana de Minas/MG – PA/Nº 438218/2016 – AI/Nº 20.8477/2015 – Apresentação: Supram NOR. Item 8.3 Geraldo Martins Gontijo/Fazenda Guariroba Lugar Larga das Campinas – Culturas anuais, excluindo a olericultura – Paracatu/MG – PA/Nº 436023/2015 – AI/Nº 208.435/2015 – Apresentação: Supram NOR. Item 8.4 Luiz Fava Junior e Outros/Fazenda São Luis – Culturas anuais, excluindo a olericultura – Paracatu/MG – PA/Nº 438229/2016 – AI/Nº 208.495/2015 – Apresentação: Supram NOR. Item 8.5 Dirceu Júlio Gatto/Fazenda Buriti II – Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura sem deslocamento de população atingida – Arinos/MG – PA/Nº 2640/2011/004/2013 – AI/Nº 67.814/2013 – Apresentação: Supram NOR. Item 8.6 Agropel Agropecuária Petroll Ltda./Fazenda Rio Grande/Florestal Sanigel/ Fazenda Piripiri –



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

522 Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura sem deslocamento de população
523 atingida – Paracatu/MG – PA/Nº 3184/2007/002/2013 – AI/Nº 50.200/2013 – Apresentação:
524 Supram NOR. Item 8.7 Vito Transportes Ltda./Fazenda Santa Rosa e Cana Brava – Criação
525 de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (extensivo) – Paracatu/MG – PA/Nº
526 12095/2009/003/2013 – AI/Nº 48.071/2013 – Apresentação: Supram NOR. Item 8.8
527 Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER –
528 Pavimentação e/ou melhoramentos de rodovias. – João Pinheiro/MG – PA/Nº
529 3655/2012/003/2014 – AI/Nº 48.042/2014 – Apresentação: Supram NOR. **Não se**
530 **identificou** – Destaque. Destaque por escrito. **Afonso – Presidente** – Item 8.9 Regis Wilson
531 Nunes Ferreira e Outro/Fazenda Ryo Matsu II e Ryo Matsu IV – Culturas anuais, excluindo
532 a olericultura – Unaí/MG – PA/Nº 20984/2011/003/2014 – AI/Nº 48.095/2014 –
533 Apresentação: Supram NOR. Item 8.10 Cícero Hiram Pacheco/Fazenda Traíras – Culturas
534 anuais, excluindo a olericultura – Guarda-Mor/MG – PA/Nº 08878/2005/005/2015 – AI/Nº
535 11.538/2015 – Apresentação: Supram NOR. Item 8.11 Egir Comercial Ltda./Fazenda Santo
536 Aurélio – Silvicultura – Paracatu/MG – PA/Nº 2526/2004/003/2015 – AI/Nº 6.718/2015 –
537 Apresentação: Supram NOR. Item 8.12 João Ranulfo Pereira/Fazenda Paraíso, São
538 Jerônimo, Barra, Saco de Bara, Areias e Buriti – Criação de ovinos, caprinos, bovinos de
539 corte e búfalos de corte (extensivo) – João Pinheiro/MG – PA/Nº 90059/2002/006/2015 –
540 AI/Nº 11.540/2015 – Apresentação: Supram NOR. Item 8.13 Nelsir Antônio Zancanaro e
541 outros/Fazenda Decisão, Ribeirão do Meio e Buriti – Culturas anuais, excluindo a
542 olericultura – Unaí/MG – PA/Nº 8046/2004/003/2015 – AI/Nº 11.544/2015 – Apresentação:
543 Supram NOR. Item 8.14 Valdemar Valentin Cenci/Fazenda Serra Acima ou Poções –
544 Culturas anuais, excluindo a olericultura – Buritis/MG – PA/Nº 3068/2009/003/2015 –
545 AI/Nº 11.543/2015 – Apresentação: Supram NOR. Item 8.15 Espólio Gerardus Marinus
546 Cornelis Sanders representado por Márcia Valente Custódio Sanders e outros/Fazenda Novo
547 Horizonte – Culturas anuais, excluindo a olericultura – Paracatu/MG – PA/Nº
548 1937/2005/002/2015 – AI/Nº 11.587/2015 – Apresentação: Supram NOR. **Antônio**
549 **Eustáquio – MOVER** – Destaque. **Afonso – Presidente** – Item 8.16 Jacuí Agroflorestal
550 Ltda./Fazenda Vimar ou Três Barras – Silvicultura – São Gonçalo do Abaeté/MG – PA/Nº
551 2541/2004/003/2015 – AI/Nº 6.720/2015 – Apresentação: Supram NOR. **Tiago – FIEMG** –
552 Vista do 8.16. **Afonso – Presidente** – Você pode justificar, Tiago? **Tiago – FIEMG** –
553 Avaliar a atenuante da reserva legal. **Afonso – Presidente** – Item 8.17 Johannes Josephus
554 Boekhorst/Fazenda Nova Esperança – Suinocultura (crescimento e terminação) –
555 Paracatu/MG – PA/Nº 36430/2014/003/2015 – AI/Nº 53.340/2015 – Apresentação: Supram
556 NOR. Item 8.18 Galvani Indústria, Comércio e Serviços S.A. – Postos revendedores, postos
557 de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes – Lagamar/MG –
558 PA/Nº 0043/1984/020/2015 – AI/Nº 6.721/2015 – Apresentação: Supram NOR. Item
559 8.19 Posto Paracatu Ltda. – Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de
560 sistemas retalhistas e postos flutuantes – Paracatu/MG – PA/Nº 1398/2001/003/2015 –
561 AI/Nº 6.724/2015 – Apresentação: Supram NOR. Item 8.20 Auto Posto RDG Ltda./Posto
562 Trevo 2 – Postos revendedor de combustíveis – João Pinheiro/MG – PA/Nº 438657/2016 –
563 AI/Nº 59.928/2015 – Apresentação: Supram NOR. Item 8.21 Francisco Glycerio de Freitas
564 Neto/Fazenda Anjo da Ave – Maria – Barragem de irrigação ou de perenização para
565 agricultura sem deslocamento de população atingida – João Pinheiro/MG – PA/Nº
566 438673/2016 – AI/Nº 62.680/2015 – Apresentação: Supram NOR. **Jeferson – UFVJM** –
567 Destaque. **Afonso – Presidente** – Item 8.22 Eliésio Carlos Rodrigues/Fazenda Veredas
568 Mat.2.199 – Culturas anuais, excluindo a olericultura – Vazante/MG – PA/Nº
569 18298/2005/004/2015 – AI/Nº 11.570/2015 – Apresentação: Supram NOR. Item 8.23



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

570 Agropecuária Figueiredo Ltda. – EPP/Fazenda Campinas, Veredão, São Roque e Js –
571 Culturas anuais, excluindo a olericultura – Unaí/MG – PA/Nº 9330/2004/008/2015 – AI/Nº
572 11.586/2015 – Apresentação: Supram NOR. Item 8.24 Roberto Marchesi Bicalho e
573 outros/Fazenda Vista Alegre – Culturas anuais, excluindo a olericultura – Paracatu/MG –
574 PA/Nº 5413/2004/002/2015 – AI/Nº 11.588/2015 – Apresentação: Supram NOR. Item 8.25
575 Gerson Grandi/Fazenda Porteira ou Santa Cruz – Culturas anuais, excluindo a olericultura –
576 Unaí/MG – PA/Nº 438674/2016 – AI/Nº 53.345/2015 – Apresentação: Supram NOR. Item
577 8.26 Nelson Amado Noivo e outros/Fazenda GB – Sérgio Godoy de Bueno – Culturas
578 anuais, excluindo a olericultura – Riachinho/MG – PA/Nº 441353/2016 – AI/Nº
579 55.528/2016 – Apresentação: Supram NOR. Item 8.27 Dario Grando e outros/Fazenda
580 Canto – Culturas anuais, excluindo a olericultura – Unaí/MG – PA/Nº 441128/2016 – AI/Nº
581 55.603/2016 – Apresentação: Supram NOR. Item 8.28 Dimasa S–A/Fazenda Umburana –
582 Culturas anuais, excluindo a olericultura – Buritis /MG – PA/Nº 447829/2016 – AI/Nº
583 55.568/2016 – Apresentação: Supram NOR. Item 8.29 Eliésio Carlos Rodrigues/Fazenda
584 Veredas e Veredas/Lagoa do Xupé – Culturas anuais, excluindo a olericultura –
585 Vazante/MG – PA/Nº 448660/2016 – AI/Nº 55.574/2016 – Apresentação: Supram NOR.
586 Item 8.30 Massaru Hachiya/Fazenda Boa Esperança, Bela vista, Colúmbia e Almas, Camisa,
587 São Francisco, Santo Antônio, Fênix e Santo Antônio dos Barreiros – Culturas anuais,
588 excluindo a olericultura – Bonfinópolis de Minas /MG – PA/Nº 448732/2016 – AI/Nº
589 55.538/2016 – Apresentação: Supram NOR. Item 8.31 Agropecuária Figueiredo
590 Ltda./Fazenda Córrego da Ponte – Culturas anuais, excluindo a olericultura – Buritis/MG –
591 PA/Nº 444691/2016 – AI/Nº 55.614/2016 – Apresentação: Supram NOR. Item 8.32 Carlos
592 Augusto Lopes Lima/Fazenda Santa Cruz – Culturas anuais, excluindo a olericultura –
593 Bonfinópolis de Minas/MG – PA/Nº 454965/2016 – AI/Nº 55.639/2016 – Apresentação:
594 Supram NOR. Item 8.33 Cooperativa Agropecuária Unaí Ltda. – Resfriamento e distribuição
595 de leite em instalações industriais – Unaí/MG – PA/Nº 440853/2016 – AI/Nº 55.526/2016 –
596 Apresentação: Supram NOR. **Altegnio Dornelas** – A palavra, por favor. Eu me sinto
597 impedido de participar nessa votação por ser funcionário da empresa. **Afonso – Presidente** –
598 Ok. Item 8.34 Votorantim Metais Zinco S.A./Unidade Morro Agudo – Barragem de
599 contenção de rejeitos/ resíduos – Paracatu/MG – PA/Nº 440609/2016 – AI/Nº 55.602/2016 –
600 Apresentação: Supram NOR. **Antônio Eustáquio – MOVER** – Destaque. **Afonso –**
601 **Presidente** – Item 8.35 Comercial Beira Rio Ltda. – Postos revendedores de combustíveis –
602 São Gonçalo do Abaeté/MG – PA/Nº 440741/2016 – AI/Nº 55.627/2016 – Apresentação:
603 Supram NOR. Item 8.36 Elo Forte Armazéns Gerais Ltda. EPP – Beneficiamento primário
604 de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, descascamento ou classificação –
605 Paracatu/MG – PA/Nº 441431/2016 – AI/Nº 55.553/2016 – Apresentação: Supram NOR.
606 Item 8.37 Marcia Valente Custódio Sanders/Fazenda Paraíso – Cultura de cana-de-açúcar
607 sem queima – João Pinheiro/MG – PA/Nº 442231/2016 – AI/Nº 55.536/2016 –
608 Apresentação: Supram NOR. **Antônio Eustáquio – MOVER** – Destaque. **Afonso –**
609 **Presidente** – Item 8.38 Comercial Beira Rio Ltda. – Postos revendedores de combustíveis –
610 São Gonçalo do Abaeté/MG – PA/Nº 442796/2016 – AI/Nº 55.537/2016 – Apresentação:
611 Supram NOR. Item 8.39 Select Fund Reflorestamento e Exploração de Madeira/Fazenda
612 Canoas – Silvicultura – São Gonçalo do Abaeté/MG – PA/Nº 446030/2016 – AI/Nº
613 55.617/2016 – Apresentação: Supram NOR. Item 8.40 José Osório de Campos almeida e
614 outros/Fazenda São Sebastião I, Nossa Senhora Aparecida, Santa Maria e Santa Rita do
615 Boqueirão – Criação de equinos, muars, ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de
616 corte (confinados) – Patos de Minas/MG – PA/Nº 448786/2016 – AI/Nº 55.624/2016 –
617 Apresentação: Supram NOR. Bom, então vamos fazer agora a votação dos itens que não



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

618 receberam destaques. Quem for a favor dos pareceres da SUPRAM permaneçam como
619 estão, contra se manifestem ou se abstenha. Concedido. Ok. **Athaíde – MP** – Só
620 apresentando que o mais uma vez que o Ministério Público com relação aos pareceres,
621 verificará o controle da legalidade, fará sugestões e pelo fato de a gente ter a função
622 demandista também em relação ao meto a gente vai abster de votar. **Afonso – Presidente** –
623 Ok. Então, está aprovado os itens que não receberam destaque. Eu vou passar agora a leitura
624 de todos os itens que receberam destaque e conceder as palavras pra quem fez a inscrição.
625 Item 8.8 Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais –
626 DEER – Pavimentação e/ou melhoramentos de rodovias. – João Pinheiro/MG – PA/Nº
627 3655/2012/003/2014 – AI/Nº 48.042/2014 – Apresentação: Supram NOR. Érica de Paula.
628 **Érica de Paula – DR** – Boa tarde a todos. Meu nome é Érica, eu tô aqui representando o
629 DR. Na verdade, a gente só... o único questionamento do órgão é quanto a manutenção da
630 penalidade de advertência porque inclusive no laudo da SUPRAM fica bem claro que a
631 advertência constante do item 14 do auto de infração, ela foi cumprida que é a comprovação
632 da formalização do processo de realocação de reserva legal. Então, nós cumprimos a
633 condicionante e por se tratar de um auto lavrado, exclusivamente referente a propriedade das
634 fazendas reunidas por termos cumprido a advertência solicitada pela SUPRAM, a gente pede
635 que seja retirada a manutenção da advertência, que é o parecer conclusivo da SUPRAM, a
636 gente pede que seja... que a manutenção da advertência não continue, esse é o pedido do
637 DR. **Não se identificou** – Só um esclarecimento. O que manteve foi a advertência ou a
638 penalidade no parecer da SUPRAM? **Rodrigo – SUPRAM** – Manteve a penalidade de
639 advertência que já foi cumprido. Isso é apenas para efeito de reincidência. **Antônio**
640 **Eustáquio – MOVER** – Queria ver a possibilidade de um técnico que trabalhou nesse
641 processo se manifestar, por favor. Com relação ao que o empreendedor aí que é o estado
642 colocou. **Daniele – SUPRAM NOR** – À época, quando eu fui gestora do processo, a gente
643 colocou como condicionante que só poderia ser realizada o começo das intervenções a partir
644 do momento da relocação e aí acaso do destino, eu também sou gestora do processo da
645 Fazenda Reunidas e, quando eu fui fazer vistoria na Fazenda Reunidas encontrei a
646 intervenção e à época ainda não tinha sido protocolado junto ao Núcleo de João Pinheiro o
647 processo de relocação. Hoje, já foi relocado, inclusive quem vistoriou lá foi o técnico de
648 João Pinheiro, o Alex e tá tudo ok, mas como a gente já tinha feito a penalidade e tudo mais,
649 foi mantido pelo caso da reincidência, caso aconteça novamente. **Rodrigo – SUPRAM** –
650 Apenas pra esclarecer um pouco mais. Eu já tinha até conversado com o pessoal do DR a
651 respeito disso porque o quê que acontece, a penalidade aplicada nesse caso é de advertência,
652 advertência a fazer o processo de relocação. Ok, foi cumprido, já fizeram a relocação, sem
653 problema. Mas, como se trata de uma penalidade administrativa, a gente tem que analisar o
654 mérito, ela é cabível ou não é cabível? Na defesa, ela foi julgada improcedente, a exclusão
655 da penalidade, em função disso foi feito um recurso e nós então pugnamos pela manutenção
656 da penalidade que já foi cumprida inclusive, simplesmente para efeito realmente de
657 reincidência porque a gente não pode agora chegar num grau de recurso e falar que eu não
658 vou te aplicar a penalidade porque você já cumpriu, ela tem que se caracterizada, como
659 cumprida e aplicada, por isso nós sugerimos a manutenção da penalidade. **Afonso –**
660 **Presidente** – Mais alguém? Então, vamos passar a votação, quem for favorável a
661 manutenção do parecer da SUPRAM permaneça como está, contra se manifeste ou se
662 abstenha. **Hélio – SETOP** – Eu me abstenho em função de ser servidor do DR. **Afonso –**
663 **Presidente** – Ok. **Não se identificou** – Da mesma forma, pode manter as abstenções, se for
664 o caso de mudança, eu me manifesto também. **Afonso – Presidente** – Ok. Aprovado.
665 Vamos passar ao item 8.15 Espólio Gerardus Marinus Cornelis Sanders representado por



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

666 Márcia Valente Custódio Sanders e outros/Fazenda Novo Horizonte – Culturas anuais,
667 excluindo a olericultura. É, o Tonhão. **Antônio Eustáquio – MOVER** – Seguinte, nós
668 solicitamos destaque em 3 processos, no 8.15, 17 e 34. Na realidade, esse destaque nosso é
669 pra dizer que a gente se coloca impedido em cima da questão da ética porque esses 3
670 empreendedores são parceiros do MOVER em várias atividades que a gente desenvolve.
671 **Afonso – Presidente** – Ok, mais alguém? **Antônio Eustáquio – MOVER** – Pode dar baixa
672 nos outros 2 aí também, viu grande Coordenador. **Afonso – Presidente** – Ok. Então, vamos
673 passar a votação. Quem for a favor da manutenção. **Antônio Eustáquio – MOVER** –
674 Colocando, como impedido. **Afonso – Presidente** – Quem for a favor da manutenção do
675 parecer da SUPRAM, permaneça como está, contra se manifeste ou se abstenha. Aprovado.
676 Tá ok. Item 8.21 Francisco Glycerio de Freitas Neto/Fazenda Anjo da Ave – Maria –
677 Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura sem deslocamento de população
678 atingida – João Pinheiro/MG. É vista que... é 8.21 mesmo agora. Por favor. **Jeferson –**
679 **UFVJM** – O que eu tenho aqui é uma dúvida. Na discussão, fala que a suspensão da
680 atividade de barragem de irrigação e no final, lá no... como chama? Na conclusão, é
681 suspensão das atividades, então eu fiquei na dúvida, se é as atividades de todo o
682 empreendimento ou, se é só a barragem. **Afonso – Presidente** – Ok. No caso seria só a
683 barragem. **Jeferson – UFMJM** – Barragem, só a barragem, ok. **Afonso – Presidente** – Ok.
684 Vamos passar a votação? Quem for a favor do parecer, manutenção do parecer da
685 SUPRAM, permaneça como está. Contra se manifeste ou se abstenha. Aprovado. Tá ok.
686 8.34 Votorantim Metais Zinco S.A./Unidade Morro Agudo – Barragem de contenção de
687 rejeitos/ resíduos – Paracatu. André Siqueira, por favor. Ok. Tonhão. Também já tá ok.
688 Então, vamos passar a votação. Quem for a favor do parecer da SUPRAM permaneça como
689 está, contra se manifeste ou se abstenha, aprovado. 8.37. Item 8.37 Marcia Valente Custódio
690 Sanders/Fazenda Paraíso – Cultura de cana-de-açúcar sem queima – João Pinheiro/MG.
691 Tonhão. **Antônio Eustáquio – MOVER** – A gente pediu destaque também por ser um dos
692 parceiros, embora as ações que o Movimento Verde de Paracatu desenvolve. **Afonso –**
693 **Presidente** – Ok. Quem... Passar a votação. Quem for a favor do parecer da SUPRAM,
694 permaneça como está, contra se manifeste ou se abstenha. Aprovado. Ah tá. 8.40 José
695 Osório de Campos Almeida e outros/Fazenda São Sebastião I, Nossa Senhora Aparecida,
696 Santa Maria e Santa Rita do Boqueirão – Criação de equinos, muare, ovinos, caprinos,
697 bovinos de corte e búfalos de corte (confinados) – Patos de Minas/MG. PA/Nº 448786/2016
698 – AI/Nº 55.624/2016. Marcelo Almeida. Quer fazer o uso da palavra? Não quer falar? **Não**
699 **se identificou** – Desistiu. **Afonso – Presidente** – Ok. Quem for a favor do parecer da
700 SUPRAM, permaneça como está, contra se manifeste ou se abstenha. Aprovado. Vamos
701 passar agora ao item número 9. Proposta de agenda anual para as reuniões da Unidade
702 Regional Colegiada Noroeste de Minas do COPAM, para o ano de 2017. Vocês tem aí essa
703 relação das... da proposta de agenda da reunião de 2017. **Não se identificou** – O calendário,
704 mas tô vendo aqui tem duas que tão coladas em feriados, isso dá numa segunda-feira, a do
705 dia 16 de novembro e 4 de maio, principalmente. **Major Aloísio – Polícia Ambiental – Ô**
706 **Afonso**. **Afonso – Presidente** – Ok. **Major Luiz Alves – Polícia Ambiental** – Só uma
707 dúvida aqui, se eu me recordo, em dezembro do ano passado, nós aprovamos uma agenda
708 aqui, não se trata dessa? **Rodrigo – SUPRAM** – Houve uma alteração em função das
709 competências da URC que foram reduzidas, a reunião... o calendário inicial, inicialmente
710 aprovado, ele era mensal em função da concessão de licenças. **Major Luiz Alves – Polícia**
711 **Ambiental** – Correto. **Rodrigo – SUPRAM** – Agora, como houve uma redução de número
712 de processo em todas as regionais está tendo essa modificação, não só aqui. **Major Luiz**
713 **Alves – Polícia Ambiental** – Ok, obrigado. **Afonso – Presidente** – Mais alguém? Podemos



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

714 votar então? Quem for a favor da proposta da agenda das reuniões 2017, permaneça como
715 está, contra se manifeste ou se abstenha. Ok, tá aprovado então. Declaro encerrada então e
716 agradeço a presença de todos.